

FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS DE ARAPUTANGA

FCARP

FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ

PPI

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

INSTITUCIONAL

2017 – 2021

Araputanga – MT

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
PPI

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos
não é senão uma gota de água no mar. Mas
o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

ARAPUTANGA – MT

Sumário

INTRODUÇÃO.....	4
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
1.1 Percurso	6
1.2 Inserção Regional	7
1.2.1 Aspecto Histórico	8
1.2.2 Aspecto Geográfico	9
1.2.3 Aspecto Econômico	10
1.2.4 Aspecto Populacional	12
1.2.5 Aspecto Educacional	12
2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS.....	14
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
3.1 Flexibilidade dos componentes curriculares.....	17
3.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular	18
3.3 Competências desenvolvidas no trabalho e outros meios	19
3.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos	20
3.5 Incorporação de avanços tecnológicos	20
3.5.1 Tecnologias.....	20
3.5.2 Avanços tecnológicos	22
3.5.3 TICs – no processo ensino-aprendizagem.....	24
4 POLÍTICAS DE ENSINO.....	25
4.1 Ementas e Conteúdos	28
4.2 Temas Transversais	29
4.2.1 Direitos Humanos.....	29
4.2.2 Relações Étnico-Raciais	31
4.2.3 Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.....	32
4.3 Algumas metodologias.....	35
4.3.1 Projetos integradores.....	35
4.3.2 Aprendizagem baseada em problemas.....	36
4.3.3 Metodologias ativas de ensino e aprendizagem.....	37
5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	38
6 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO À PESQUISA	39
7 POLÍTICAS DE GESTÃO ACADÊMICA	41

7.1 Aproveitamento de estudos.....	42
7.2 Pós-graduação.....	43
7.3 Egressos.....	44
7.4 Avaliação Institucional	45
7.4.1 Acompanhamento e avaliação do trabalho docente	46
8 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES	47
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

INTRODUÇÃO

A Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP caracteriza-se como uma instituição particular de ensino de cunho confessional, sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Arco Íris de Araputanga. Assentada nesses princípios organizacionais, procura ofertar educação superior amparada no desenvolvimento de valores humanos em que a ética cristã seja norteadora de suas ações pedagógicas e também de suas ações em sentido ainda mais amplo. Assim, proporciona espaço acadêmico para a prática do diálogo entre o conhecimento produzido pela razão humana e todo o acervo cultural advindo da fé cristã, de tal forma que todo conhecimento esteja a serviço da emancipação do ser humano individual e socialmente, em prol da construção de uma sociedade sustentada no respeito às diferenças e na sua promoção, bem como em ações intencionais de sustentabilidade ambiental.

Por essa razão, a FCARP traça seus objetivos propostos neste PPI - Planejamento Pedagógico Institucional, atenta às demandas sociais, agindo proativamente e de modo fraterno na construção de uma sociedade mais justa e solidária, com foco no cumprimento de sua missão institucional. Nesse sentido, a FCARP busca caminhos que respondam, com ética e compromisso social, às novas demandas do mercado globalizado e das relações humanas, sempre atenta às novas tecnologias educacionais.

Fazer uso de novas e diferentes abordagens, ao que alguns chamam de inovações, no processo de formação de pessoas, requer a implementação de ambientes presenciais e virtuais de ensino que contribuirão como elemento motivador de uma melhor aprendizagem, superando os modelos de ensino que não visam a emancipação do ser humano em contexto pessoal e social.

Como demonstração da sensibilidade para com as mudanças que a tecnologia tem proporcionado, a FCARP continuará a oferecer parte da carga horária das disciplinas à distância, isto é, a oferta de até 20% das disciplinas oferecidas será à distância e/ou semipresenciais nos cursos reconhecidos. Com isso, viabilizaremos melhores condições de trabalho entre docentes e discentes, tornando os horários mais flexíveis e adequados ao ritmo e desempenho pessoal de cada aluno, de modo a integrá-lo ainda mais às condições de desenvolvimento exigidas pela sociedade

contemporânea, que exige a utilização de ferramentas tecnológicas cada vez mais otimizadoras de tempo e de resultados.

Entretanto, considere-se que é preciso estabelecer mecanismos de adaptação dos seguimentos docente, discente e funcionários gestores envolvidos na oferta de novos processos, uma vez que há uma rotatividade natural de alunos, professores e colaboradores. Nesse sentido, continuarão sendo ofertados momentos de capacitação de pessoal visando uma boa interação com os novos instrumentos de trabalho, dentre eles, a utilização da ferramenta *moodle*, essencialmente virtual, bem como das orientações e possibilidades de seu uso.

Mecanismos de ensino virtual podem propiciar o desenvolvimento do aprendizado discente de modo independente, todavia, não devem deixar de ser supervisionados pelos docentes e tutores, em locais e tempos diferenciados, garantindo a manutenção da qualidade da formação educativa como um todo e não apenas do aprendizado como tal. Cursos com menos tempo de duração e com o desenvolvimento de habilidades pontuais, como são os tecnológicos, demonstram o interesse em atender um mercado extremamente dinâmico, formando profissionais aptos a desenvolver em menor espaço de tempo, de forma plena e inovadora, atividades produtivas.

Outra iniciativa que merece bastante atenção é o desenvolvimento de aulas no formato EAD com a gravação de vídeos e a produção de material especificamente pensado para atender aos alunos da FCARP no formato à distância; essa iniciativa somente foi viabilizada e ganhou corpo a partir da possibilidade legal da oferta de 20% das disciplinas dos cursos reconhecidos nesse formato, ou 20% da carga horária de qualquer uma das disciplinas do curso.

O ensino de qualidade, pautado na prática dos aspectos teóricos vivenciados, e as atividades de extensão, estabelecidas a partir da escuta das demandas sociais, têm sido pontos de ação relevantes na FCARP e continuarão sendo promovidos. Da mesma forma, a pesquisa tem ganhado corpo a partir da criação e manutenção de grupos de estudos e pesquisas nos diferentes cursos; estes, mesmo que ainda de forma simples, pretendem promover a reflexão autônoma de qualidade de questões contemporâneas de diferentes áreas de conhecimento e assim poder protagonizar a formulação de novos pensamentos, projetos e ações interdisciplinares próprias da região.

A proposição do PPI- Projeto Pedagógico Institucional é fruto de um processo participativo que oportunizou a explicitação dos desejos e anseios da comunidade acadêmica da FCARP, marcados profundamente pelas características políticas filosóficas e técnicas metodológicas que dão as diretrizes para as práticas acadêmicas.

Nesse viés, a comunidade acadêmica da FCARP se propõe a efetivar e avaliar o Projeto Pedagógico Institucional durante todo o processo de seu desenvolvimento, zelando sempre pela sua articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, bem como com as demais ações extensionistas desenvolvidas no bojo desse plano.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Percurso

A FCARP é um organismo vivo e, por isso, seus planos movem-se ao sabor das exigências impostas por novas formas de ser do homem em sociedade. Assim o são os movimentos relacionados à construção do PPI, pois buscam explicitar a razão de ser da IES frente a essas exigências, de forma a dar às suas respostas o espírito que lhe é próprio, adequando-se a algumas e combatendo de frente outras que não coadunam com suas bases axiológicas.

A reflexão empreendida nesse período de seis meses, de intenso empenho coletivo, foi gestada durante os anos de 2010-2016 quando as orientações em vigor foram colocadas em prática e testadas no chão das salas de aula ou em outros solos onde foram desenvolvidas atividades de cunho educacional, devidamente intencionais, e por isso conduzidas de forma propositiva com espírito didático pedagógico como a boa práxis não pode deixar de exigir.

Os resultados de indicadores da Comissão Permanente de Avaliação – CPA, a partir de dados colhidos sistematicamente e outras formas de avaliação do processo educacional foram retomados e ampliados. Assim, em atendimento ao princípio de dinamicidade, que demanda a abertura a mudanças advindas dos desafios

permanentes do entorno no sentido da inserção social da IES, ou de suas mudanças paradigmáticas, novos movimentos de atualização foram realizados.

Aberto à participação das diversas instâncias da comunidade acadêmica, esse processo avaliativo permitiu identificar potencialidades e fragilidades, bem como acolher proposições advindas da reflexão coletiva, que assim construíram este Projeto Pedagógico.

Definidas as bases conceituais, realizaram-se diversas ações de análise e reformulação, das quais participaram todos os segmentos da IES, tendo em vista a redação final do documento. Destacam-se, entre outras, a interlocução com representantes dos Programas de Responsabilidade Social, o exame dos coordenadores de curso e as manifestações dos professores e alunos.

Desse processo resultou um conjunto de temas que buscam traduzir as concepções pedagógicas orientadoras da Educação Superior na FCARP, que constituíram o corpus teórico da versão preliminar do PPI FCARP 2016/2021. Tais concepções assumiram a forma de textos reflexivos e propositivos elaborados por grupos menores e devidamente revisados para ganharem coerência num texto único. Essa correção final fez cumprir com fidelidade a orientação de que as concepções orientadoras deveriam ser suficientemente claras e precisas para fundamentar o referencial pedagógico da IES, sem deixarem de ser suficientemente amplas e genéricas.

Ressalte-se a contribuição decisiva da CPA – Comissão Própria de Avaliação que, através do levantamento de informações junto a diferentes segmentos (alunos, professores e funcionários) e de seu tratamento, ofereceu dados essenciais para a reflexão crítica da IES e a conseqüente formulação do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, como deste PPI – Planejamento Pedagógico Institucional da FCARP.

1.2 Inserção Regional

A FCARP está em atividade há 16 anos; período em que experimentou diferentes mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, o que exigiu intensa capacidade de se adaptar e de responder sempre às novas exigências das transformações sociais, do País, do Estado e da região onde insere-se.

O dinâmico panorama do Brasil e da educação brasileira, apontam a crescente exigência de qualidade na prestação dos serviços públicos educacionais e também das instituições particulares que o prestam, uma vez que tais serviços devem ser reflexo da democratização do acesso ao ensino superior, em consonância com a Lei nº13. 005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

A Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga, Mato Grosso, mantém-se alerta às transformações atuais, sustentando suas ações nos princípios cristãos que, imperativamente, balizam suas ações; por isso, re-planeja suas metas para atender às demandas sociais regionais, o que requer novas políticas de gestão pautadas em princípios democráticos, estratégicos e participativos, razão pela qual a FCARP concebeu a reelaboração do seu PDI de forma integrada e coletiva.

1.2.1 Aspecto Histórico

O território do município de Araputanga foi habitado por povos indígenas Bororó desde tempos imemoriais; seu povoamento originou-se em função do movimento de colonização programada do governo federal em prol da ocupação das regiões amazônicas, e encampada posteriormente pelo governo do Estado, num projeto mais amplo de interiorização para o desenvolvimento da região, iniciado na década de quarenta.

Assim, o Estado vendia terras a preços irrisórios, mas os compradores se comprometiam a abrir estradas e assentar infraestrutura para a colonização. Situação que fez com que, somente no ano de 1961, fosse construída a Escola Mista Rural da Gleba Paixão, nome pelo qual a comunidade passou a ser conhecida.

A então Gleba Paixão passou a chamar-se Araputanga devido à enorme quantidade de mogno do mesmo nome (*swietenia macrophaylla*) ali presente e muito explorado comercialmente, por isso a comunidade passou a desenvolver-se rapidamente por meio do extrativismo vegetal e da agricultura. Em 1970, foi inaugurada a estrada que ligava Araputanga a Cáceres o que alavancou a fundação, em 1975, da Coopnoroste – cooperativa de arroz que alguns anos mais tarde, também passou a beneficiar o leite dos produtores da região.

Dois anos mais tarde, através da Lei nº 3.922, de 04 de outubro de 1.977, Araputanga tornou-se distrito com território jurisdicionado ao município de Mirassol

D'Oeste. A Lei Estadual nº 4.153, de 14 de dezembro de 1.979 criou o município de Araputanga

1.2.2 Aspecto Geográfico

Araputanga, onde está inserida a FCARP, está localizada em Mato Grosso, Estado que ocupa estratégica posição geopolítica em relação às Américas, pois é o centro da América do Sul e Portal da Amazônia. Com uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes e 145 municípios, Mato Grosso é o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial, com área de 901,4 mil km², representando 10,55% do território nacional.

Acresce-se a isso, o fato de Mato Grosso situar-se em um contexto geográfico que envolve três biomas distintos – Pantanal, Cerrado e Amazônia – e as mais importantes bacias hidrográficas do país: a do Paraguai, a do Amazonas e a do Araguaia-Tocantins.



Em virtude da posição geográfica estratégica de Araputanga, a FCARP contribui para a formação de profissionais de nível superior em vários municípios muito distantes da capital, pois está sediada a 340 km de Cuiabá. Portanto, constitui-

se como um importante espaço de formação superior oportunizado à grande parcela da população regional.

A FCARP está sediada no município de Araputanga – MT e atende todos os municípios do Vale do Jauru, conforme demonstra o mapa abaixo.

1.2.3 Aspecto Econômico

Em anos anteriores, Mato Grosso vinha numa trajetória de crescimento econômico acima da média brasileira. Conforme informa o Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, Em um intervalo de cinco anos, o Produto Interno Bruto (PIB) mato-grossense cresceu 68,4%. Em 2002, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a soma das riquezas do Estado atingiu R\$ 20,9 bilhões e em 2006 saltou para R\$ 35,2 bilhões. No contexto atual, o Brasil passa por uma desaceleração da economia, causada, em grande parte, pela instabilidade política; contudo, na contramão da economia nacional, em plena crise econômica que afeta a população interna e vários outros países, Mato Grosso continua crescendo. De acordo com os dados da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME), o Estado mantém superávit na balança comercial.

A agricultura apresenta condições de aumento na produção, uma vez que segundo indicadores da UNCTAD, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, o Brasil será o maior país agrícola do mundo em dez anos. Além disso, haverá ampliação do mercado externo para os produtos brasileiros, uma vez que o Brasil detém terras abundantes, planas e baratas, como são os cerrados com uma reserva de 80 milhões de hectares, dispõe de produtores rurais experientes e capazes de transformar essas potencialidades em produtos comercializáveis e detém um estoque de conhecimentos e tecnologias agropecuárias, transformadoras de recursos em produtos.

Assim, a elevação da demanda favorece o agronegócio e as exportações do Estado de Mato Grosso, com destaque para as safras de soja e milho - dois dos principais produtos agrícolas do Estado; esse panorama decorre do aumento de área plantada, da maior produção e de maior produtividade que alavancam o crescimento do PIB estadual; do mesmo modo a pecuária bovina de corte e leite que tendem a se expandir com a abertura de novos mercados. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Mato Grosso produzirá 52,279 milhões de toneladas de

grãos (soja, milho, algodão, girassol, sorgo, arroz e feijão) na safra atual, com incremento de 9,304 milhões/t ou 21,24% sobre a última temporada.

Até o momento, Mato Grosso acolheu mais de 34 mil novas empresas em 2016. O último ano foi encerrado com 361, 599 mil empreendimentos ativos, frente aos 327, 208 mil estabelecimentos em 2015, segundo estatística do Empresômetro, ferramenta tecnológica que atualiza diariamente o número de empresas em atividade no Brasil, portadoras de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse contexto nos abre uma perspectiva bastante positiva tanto por conta da manutenção dos postos de trabalho, como na criação de novas vagas, o que exige a qualificação de mão de obra para atuar em diferentes áreas, inclusive na área da segurança do trabalho.

Ressalte-se ainda que, conforme a Revista Exame, Mato Grosso em 2015 emplacou 10 empresas entre as 1000 maiores companhias do Brasil em vendas líquidas. Entre os empreendimentos estão empresas na área do agronegócio, transporte, varejo, serviços de saúde e infraestrutura. Por conta disso, a perspectiva é que Mato Grosso, no primeiro bimestre de 2017, registre saldo positivo na geração de empregos com a criação de aproximadamente de 15 mil vagas. Se assim acontecer, o resultado será maior que as 11.052 vagas de trabalho criadas no período em 2016, segundo o que informa o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Por essa razão, a região centro-oeste tem ainda o grande desafio de capacitar sua população para ocuparem os postos de trabalho de forma eficiente; para isso, deve melhorar a qualidade da formação técnica e universitária da população em idade de trabalho; consolidar a infraestrutura de investimentos, transportes e saneamento; redução das desigualdades sociais e regionais e, principalmente, preservação ambiental, sob pena de comprometer sua auto sustentabilidade econômico-social.

É nesse contexto regional e mundial de grandes transformações de paradigmas tecnológicos e dos seus efeitos socioambientais que a Faculdade Católica Rainha da Paz acredita ser imprescindíveis suas ações no desenvolvimento ambiental, econômico, social e político da região. Diante da realidade mato-grossense, em particular, da região central da América do Sul, na confluência da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, apresenta-se a seguir um diagnóstico resumido das principais características da economia regional.

1.2.4 Aspecto Populacional

A população de Mato Grosso vem crescendo desde a década de 80 em um ritmo significativamente superior ao verificado para o resto do país. De fato, ao longo da década de 80, enquanto o crescimento médio anual da população do país situava-se em torno de 2,5%, a população de Mato Grosso, embalada pelo forte fluxo migratório, crescia 6,6% ao ano. Ao longo de duas décadas, Mato Grosso mais que dobrou a sua participação na população total do país, passando de 0,95% em 1980 para 1,5% em 2004 e 1,6% no ano de 2016.

Nessa direção, há que se ressaltar o intenso processo de urbanização, fruto da intensificação do movimento migratório campo-cidade. Mato Grosso alcançou, em 2016 a população de 3,3 milhões de habitantes de acordo com o Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos últimos 10 anos, a população mato-grossense cresceu 15,7%, o que representa, em números absolutos, um acréscimo de 445 mil pessoas.

O Censo ainda mostrou um Mato Grosso urbano, pois, de acordo com o IBGE, 4/5 da população mato-grossense vive na cidade e outros 1/5 na zona rural. Em relação à região do Vale do Jauru, segundo os dados do último censo, o mesmo acontece; a concentração da população se dá na área urbana atingindo cerca de 80%. Araputanga e região refletem o mesmo panorama na ocupação dos espaços urbano e rural.

1.2.5 Aspecto Educacional

Apenas por uma questão didática, a exposição dos indicadores educacionais estarão divididos em ensino médio e ensino superior, tendo em vista que cada um dos segmentos requerem atenção especial e fundamentam diferentes ações e encaminhamentos nas políticas da IES.

1.2.5.1 Ensino Médio

As efetivas matrículas em 2016 para o ensino médio regular (parcial ou integral) e na modalidade EJA, segundo o INEP, contou com 8.131.988 alunos matriculados no Brasil, sendo que 77,6% deles estudam no turno diurno e 22,4%, no período noturno; frequentam escolas urbanas 95,6% dos alunos e os outros 4,4%, escolas localizadas na zona rural.

A rede privada, que possui cerca de 1 milhão de alunos (12,5%), cresceu 4,5% em oito anos; com 6,9 milhões de alunos, a rede estadual tem uma participação de 84,8% no total de matrículas e concentra 96,9% dos alunos da rede pública;

O ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil; sendo que 89,8% das escolas estão na zona urbana e 10,2% na zona rural – menor participação da zona rural em toda educação básica.

Conforme a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, os números de matrículas no Ensino Médio no ano de 2015 se configuram em 153.258 alunos, com uma média de 35 mil alunos concluintes do ensino médio, nesse mesmo ano. Dados do INEP, relativos ao ano de 2016, afirmam que em Mato Grosso o número de alunos matriculados no Ensino Médio passou para de 159.900, observadas as matrículas no Ensino Médio parcial e integral e na modalidade EJA, com percentual de concluintes de aproximadamente 36 mil alunos.

1.2.5.2 Ensino Superior

Em relação ao total de IES – Instituições de Ensino Superior, que comportam Universidade, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, distribuídas entre instituições federais, estaduais, municipais e privadas, o Brasil conta com 2.368 unidades; no Centro Oeste, esse número perfaz um total de 239 IES e, particularmente, em Mato Grosso, são apenas 59 dessas instituições.

As matrículas de alunos em cursos presenciais e à distância nas IES públicas e particulares no Brasil perfizeram um total de 8.027.297, no Centro Oeste são um total de 755.096 alunos matriculados e em Mato Grosso, 164.368 têm sua matrícula em diferentes IES.

Em relação aos concluintes, no Brasil, eles perfizeram um total de 837.304 no ano de 2016, enquanto que no Centro Oeste há 79.274 concluintes e em Mato Grosso, 15.416 foram graduados em cursos presenciais e à distância de bacharelado, licenciatura e tecnólogo.

Em números absolutos, percebe-se que existe uma demanda reprimida entre o número de concluintes do ensino médio, com números aproximados de 35 mil alunos, e os concluintes do ensino superior que perfazem um número aproximado de 15 mil egressos, o que demonstra que apenas 1/3 daqueles que concluem o Ensino Médio em Mato Grosso tem a oportunidade de serem egressos das IES.

Portanto, de posse desses dados, a FCARP constrói seu PDI de forma sensível ao contexto em que está inserida, organizando ações do progresso e desenvolvimento regional, indicando, por exemplo, a necessidade da ampliação da oferta de cursos em atendimento às exigências e necessidades da população, colaborando com o desenvolvimento humano, econômico e social da região.

2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS

A FCARP sustenta seu modo de ver e agir na realidade, bem como seus princípios metodológicos, na crença de que o ensino de qualidade se faz na conjugação de profissionais qualificados, valores cristãos e compromisso social, ganhando visibilidade na estrutura dos projetos de seus cursos.

Assim sendo, a FCARP, através do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, tem conduzido suas ações institucionais em consonância com os princípios da identidade católica e tendo como norte as finalidades firmadas no Art.2º do Regimento Geral. Assim, os princípios a serem observados são os seguintes:

Educação, em uma perspectiva emancipatória, entendida como um processo ativo, aberto para o diálogo e orientado para a responsabilidade social e política, numa perspectiva coletiva, objetivando a conscientização e a emancipação do indivíduo, com vistas a torná-lo agente de transformação de si e da sociedade.

Para se desenvolver essa educação consciente, emancipatória e transformadora, o estudante deve ter um papel ativo na construção do conhecimento, sendo, portanto, protagonista do seu aprendizado;

Qualificação, presencial ou à distância, que leve o estudante a desenvolver sua capacidade de enfrentamento de problemas e busca de soluções, fundamentada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão, na sistematização e na produção de conhecimentos específicos de sua área de conhecimento e na sua articulação com outras áreas do saber, sobretudo, em compromissos concretos com o resgate e desenvolvimento do ser humano;

Elevado padrão de competência profissional pelo domínio instrumental técnico operativo e das habilidades de cada área de formação, capacitando para a atuação

na realidade da comunidade local, regional e nacional, em âmbitos de pesquisa e exercício profissional e de cidadania;

Articulação das dimensões investigativas e interativas próprias das áreas de formação profissional, por meio da constituição, no processo pedagógico do curso, de espaços para o pensamento crítico e autônomo, permeado por valores como a solidariedade e emancipação coletiva;

Flexibilidade no planejamento curricular, possibilitando a definição e estruturação das diversas atividades que compõem a organização curricular dos projetos pedagógicos, de modo a garantir ao estudante uma formação que lhe proporcione acompanhar e participar, criticamente, das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas;

Valorização do trabalho interdisciplinar entendido como o desenvolvimento de ações que pressupõem a parceria, o diálogo, a articulação, a troca de conhecimentos, o questionamento, a busca da interação, entre diferentes áreas do saber. Implica uma busca constante de superação da mera superposição de conhecimentos. A ação interdisciplinar deve constituir-se, portanto, como uma reação à fragmentação do conhecimento;

Interação entre teoria e prática, articuladas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, objetivando o desenvolvimento da capacidade ação/reflexão da realidade a partir de abordagens;

Compromisso ético-social como princípio formativo, perpassando o conjunto da formação curricular, com vistas aos princípios da tolerância e respeito à diversidade humana e ambiental;

Respeito às competências e atribuições previstas na legislação de cada área específica de formação

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica da IES, em vista dos cursos ofertados, é realizada a partir da elaboração deste Projeto Pedagógico Institucional - PPI que consiste num instrumento político, cultural e científico de construção coletiva e que orienta as ações institucionais que dizem respeito ao fazer pensar pedagógicos.

Nesse viés, saliente-se que o projeto político pedagógico de cada curso é uma formulação institucional, contemplando interesses referentes ao conjunto da

comunidade acadêmica. Cada curso deve em seu projeto valorizar os princípios cristãos na forma das atividades construídas em sua experiência, avaliarem as possibilidades de superação de desafios e terem presentes as demandas prioritárias da sociedade, com especial foco nas comunidades onde atuam.

É importante para cada curso reconhecer na construção de seu projeto a expressão de sua identidade e de suas prioridades estabelecendo referências de compreensão do presente e de expectativas futuras, tendo como base as reflexões empreendidas de forma especial neste PPI.

A escolha das habilitações ofertadas pela IES traduz os desafios colocados para a instituição no que se refere às suas relações com o contexto em que se situa e são organizadas a partir de princípios educacionais que apontam caminhos para consolidar uma concepção de ensino humanizado, pautado na ética e na interação com a sociedade, como foco no combate às desigualdades, promoção do respeito à diversidade e nas práticas de sustentabilidade ambiental.

As ações de mudanças curriculares, bem como a criação de cursos novos são elaboradas e conduzidas por comissão designada ou pela respectiva coordenação de curso, em discussão com a equipe de docentes e discentes do curso, sustentados nas regulamentações pertinentes. O projeto pedagógico prevê o processo de avaliação institucional concebido como instrumento para a análise da estrutura e das relações internas e externas da instituição, na busca de uma visão clara e crítica sobre os fatores que envolvem o ensino.

Os resultados do processo avaliativo serão os referenciais para a tomada de decisões institucionais, que venham ao encontro da melhoria da qualidade do ensino em seus múltiplos processos e deverão subsidiar e justificar as reformas curriculares, bem como o encerramento de cursos, bem como a propositura de novos.

Assim, os colegiados de curso têm uma atuação relevante na elaboração e aprovação do projeto pedagógico que é encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e, posteriormente, para o CONDIR – Conselho Diretor

Os dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula dos cursos, bem como a planilha de custos referentes à sua implantação, estão descritos especificamente nos anexos referentes ao PPC de cada um deles.

Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

3.1 Flexibilidade dos componentes curriculares

Dentre os mecanismos de flexibilização curricular disponibilizados aos discentes, a FCARP destaca diferentes modos de efetivação do conteúdo curricular adotado.

Destaque para o oferecimento de até 20% da matriz curricular na modalidade à distância, que pode ser utilizado desde que esteja previsto nos Projetos Pedagógicos, acompanhado por um planejamento específico das atividades à distância a serem desenvolvidas na disciplina, através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Para tanto, observa-se a Portaria 4.059, de 10/12/2004 para os cursos reconhecidos e, alterada recentemente pela portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016; bem como a disponibilidade obrigatória de página na internet para toda disciplina com carga horária à distância;

Outra possibilidade é a oferta de disciplinas optativas como integrantes da matriz curricular do curso que deve apresentar um rol de disciplinas que poderão ser oferecidas pela IES e optadas pelos alunos em períodos definidos pelos diferentes cursos.

Da mesma forma, o oferecimento de conteúdos complementares, que podem ser trabalhados por meio de projetos de ensino ou de Atividades Complementares, visa tender uma exigência legal das atividades de ensino e funcionam como componentes curriculares enriquecedores que possibilitam o reconhecimento de habilidades e competências do aluno, adquiridas dentro e fora do ambiente institucional. Incluem desde a prática de estudos até atividades independentes, transversais, opcionais, tanto de natureza interdisciplinar quanto multi/transdisciplinar, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

A FCARP se vale das atividades complementares para proporcionar ao aluno a aquisição de experiências diversificadas inerentes e indispensáveis aos futuros profissionais, buscando aproximá-los da realidade escolar e/ou do mercado de trabalho pertinente a cada curso, de interesse para sua formação profissional e pessoal. Essas atividades são um importante instrumento de enriquecimento do perfil do egresso e possuem carga horária específica, prevista no Projeto Pedagógico de cada curso.

As atividades complementares propiciarão uma constante contextualização e atualização dos acadêmicos, uma vez que possibilitarão vivências compatíveis com o conhecimento adquirido ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Para tanto, a Faculdade proporcionará, além do período regular das aulas, atividades de iniciação à pesquisa, extensão científica, cultural e comunitária, cursos de aperfeiçoamento, a fim de oportunizar a todos os acadêmicos a obtenção da carga horária necessária para a integralização curricular do curso.

3.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

A integralização dos cursos da IES segue os princípios legais do Ministério da Educação e estão expressos nos projetos pedagógicos de cada curso, respeitando a carga horária estabelecida.

Com a proposta da flexibilização curricular e acompanhando a tendência mundial de formação que, além dos conhecimentos adquiridos dentro de sala de aula, evidencia também o aprimoramento dos conhecimentos em outras instâncias, a IES, juntamente com os Núcleos Docentes Estruturantes e os Colegiados dos cursos, aprimora constantemente os projetos pedagógicos reelaborando as propostas pedagógicas e adaptando-as à realidade de exigências mercadológicas.

A política institucional permite transferências entre cursos e aproveitamento das disciplinas de acordo com a legislação, garantindo o aproveitamento das disciplinas em sua totalidade quando a carga horária e os conteúdos programáticos forem equivalentes.

Além disso, diante do exposto na Lei de Diretrizes e Bases No. 9394/96, Art. 47 § 2º que diz que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino. Tal aproveitamento de conhecimentos adquiridos em serviço, na IES, é verificado de acordo com regulamentação específica aprovada pelo CEPE.

As Atividades Complementares, previstas para os cursos de graduação, além de constituírem importantes mecanismos para introduzir a flexibilidade também

proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso realizadas pelos alunos para a integralização de parcela da carga horária do curso.

3.3 Competências desenvolvidas no trabalho e outros meios

As atividades relativas à prática profissional estão asseguradas em todos os cursos propostos pela FCARP, seja através do oferecimento de estágio supervisionado ou de atividades complementares; ambos os formatos possuem o condão de assegurar a qualidade da formação dos alunos em cada um dos cursos e sua capacitação para as diferentes atividades profissionais, dentro de um rol extenso de possibilidades.

Em relação ao estágio supervisionado, viabilizado através dos convênios firmados com diferentes instituições, a FCARP designa professores do seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas na atuação de prática profissional, como também destina espaço físico, de acordo com a especificidade de seus cursos, para que os mesmos sejam feitos.

Compreende-se que as atividades complementares ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias ao profissional que deseja interagir de modo efetivo com as demandas emergentes do mercado, sem perder de vista as especificidades de sua profissão nem a dimensão ética que a envolve.

A possibilidade de frequentar cursos, seminários e outros eventos, viabiliza a comunicação entre diversas áreas do conhecimento, cuja importância é evidente quando se deseja realizar abordagens profissionais amplas, não apenas num contexto determinado, mas também de forma global, em que se consideram os mecanismos e movimentos próprios das demandas sociais e a sua necessidade de respostas.

A proposta das atividades complementares, bem como dos estágios supervisionados, também permite ao discente a participação ativa na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda pelo aprofundamento de suas competências e, ao mesmo tempo, da diversificação do conhecimento e das

experiências durante o tempo de conclusão do curso, com vistas a serem por ele assimilados como cultura pessoal.

3.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

O desenvolvimento de materiais pedagógicos é tarefa assumida pelos professores responsáveis pelas diferentes disciplinas. Trata-se, em geral, de material de orientação bibliográfica para complementação e aprofundamento de temas, orientações para consulta e elaboração de trabalhos, bem como apostilas entregues aos alunos como subsídio para acompanhamento da disciplina. Há também uma prática crescente entre os professores de prepararem subsídios para o próprio momento do ensino em sala de aula, especialmente fazendo uso de aplicativos de informática. A critério do professor, esse material pode ser disponibilizado aos alunos no setor específico para esse fim na página eletrônica da IES.

3.5 Incorporação de avanços tecnológicos

Os avanços tecnológicos devem ser incorporados ao cotidiano das IES à medida que as mesmas as priorizam e alocam recursos para sua realização. Contudo, as decisões para que as inovações estejam sendo consideradas de modo perene nas atividades do ensino e da aprendizagem passam antes pela compreensão de alguns conceitos tais como o de tecnologia, seus avanços na área do ensino e de TICs.

3.5.1 Tecnologias

A evolução tecnológica aplicada à educação deve ser um fator presente em todo o planejamento acadêmico, já que apropriar-se das novas tecnologias é um meio excelente para o desenvolvimento humano, que contém o desenvolvimento do ensino e do aprendizado, como atividades essencialmente humanas.

Entende-se como recurso todo o tipo de meio ou instrumento que permite responder a uma necessidade, atender a um objetivo ou conseguir aquilo que se pretende. A tecnologia, por sua vez, faz referência às teorias e às técnicas que possibilitam o aproveitamento prático do conhecimento, em suas mais diversas

dimensões, para que, de modo mais eficiente e eficaz possível se alcancem diferentes objetivos. Assim, toda tecnologia pressupõe o uso de recursos.

Um recurso tecnológico é, portanto, um meio que se vale da tecnologia para cumprir com o seu propósito; mas essa dimensão não pode ser reduzida apenas ao aparato tecnológico da informática, uma vez que esse conjunto pressupõe o uso de diferentes instrumentos e procedimentos, que são mais amplos que o suporte proporcionado pela informática.

Embora a associação entre tecnologia e informática esteja bastante difundida, e já tenha caído no senso comum, não nos permitimos reduzir a tecnologia apenas aos instrumentos ou recursos desenvolvidos pela informática; esta, contudo, faz parte dos recursos utilizados por diferentes tecnologias. Os recursos tecnológicos podem ser tangíveis (um computador, uma impressora ou uma máquina de fazer café) ou intangíveis (um sistema, uma aplicação virtual, um método de ensino, uma forma de avaliar).

Os recursos oferecidos pelas novas tecnologias, como internet e redes de comunicação, associados ao uso da informática, evidenciam a necessidade de estabelecimento de vínculos entre os conteúdos das disciplinas, as diversas aprendizagens no âmbito da instituição e a realidade cotidiana. Assim, as inovações tecnológicas devem ocorrer de maneira constante, levando em conta as alternativas instrumentais que o mercado disponibiliza para diferentes segmentos, sejam eles educacionais, sociais ou de mercado de trabalho.

Saliente-se que as novas tecnologias devem ser usadas para auxiliar tanto o processo de ensino do professor, quanto o processo de aprendizagem do aluno e as avaliações de ambas as dimensões do processo pedagógico mais amplo; inclusive apontando as necessidades de sua reestruturação ou reorganização, como é imperativo à boa práxis pedagógica.

No meio acadêmico, os recursos tecnológicos ligados à área da informática tornaram-se imprescindíveis para alunos e professores, pois são eles que possibilitam a ampliação do acesso a variados conhecimentos, auxiliando, portanto, no processo das pesquisas, assim como disponibilizando novos conhecimentos e informações externamente, dando mais agilidade ao processo comunicacional.

Nesse tocante, em específico, a IES disponibiliza para os alunos laboratórios de informática com acesso à internet, com máquinas modernas, além terminais localizados na biblioteca para consultas; da mesma forma, é disponibilizada rede de

internet sem fio em toda a unidade, dando ao aluno a possibilidade de acesso a qualquer tempo e local, dentro do ambiente estudantil.

Ressalte-se que, atendendo ao conceito mais amplo de recursos tecnológicos, também são disponibilizados aos alunos laboratórios de ensino vinculados aos cursos de Gestão da Tecnologia da Informação e Ciências Contábeis, o laboratório de Anatomia, que serve ao curso de Educação Física e a Brinquedoteca que é usado pelo curso de Pedagogia; inclua-se nesse rol, o Núcleo de Prática Jurídica, lugar em que antigas e novas formas de acesso à justiça são apreendidas, dando aos alunos a oportunidade de desenvolverem suas técnicas, assimilando as que já existem e expandindo suas reflexões para novas formas de pensar e agir, em vista de disponibilizar aos cidadãos o acesso à justiça.

As novas tecnologias se estendem aos aspectos avaliativos usados pelos alunos em relação ao corpo docente e aos coordenadores de curso, estendendo-se ao contato institucional com os mesmos e também com a Ouvidoria. O acesso a todos os dados que lhe dizem respeito, é feito pelo aluno por um sistema online. Nesse mesmo viés, as inovações ocorrem desde a melhoria das matrizes curriculares, laboratórios, controle acadêmico, biblioteca e todos os demais setores da Instituição, com atualização constante de hardware e software.

Com as novas tecnologias, à disposição tanto de professores como alunos, a comunicação torna-se ainda mais ágil e eficaz graças ao sistema online, onde o professor disponibiliza seu plano de curso e materiais extras, além do uso de redes sociais também com esse intuito, além de aproximar corpo docente e discente, aprimorando aspectos tão caros à educação do futuro que é o respeito à diversidade, o cuidado com o meio ambiente e a afetividade, esta última fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

3.5.2 Avanços tecnológicos

Como bem vimos, os avanços tecnológicos não se reduzem apenas a implementação de instrumentos modernos de informática (hardwares e softwares), mas estão além deles, configuram-se no modo como as coisas são feitas em vista do alcance de resultados, sejam estes já esperados, ou mesmo outros que vão se delineando durante o processo de amadurecimento da IES, dos cursos e das disciplinas, alcançando também as dimensões não apenas do ensino, mas também

da pesquisa e da extensão que fundamentam as atividades empreendidas pela FCARP.

Assim, as alterações nas propostas de conteúdos dos cursos no ambiente de ensino-aprendizagem, bem como o modo que são acessados e desenvolvidos, em consonância com as propostas de cada curso, são fundamentais e urgentes para as instituições de qualidade nestes novos tempos. Investir na atualização tecnológica e na inserção de novas práticas e processos, demandados em razão da constante transformação dos paradigmas tecnológicos, contribui efetivamente na formação e preparação dos profissionais para atuarem em diferentes áreas de conhecimento.

À luz deste entendimento, a FCARP tem apoiado o desenvolvimento de novas experiências de ensino e de aprendizagem que sejam capazes de conectar a instituição com a realidade local, regional, nacional e internacional em toda a sua dinamicidade. Neste contexto de mudanças de difícil dimensionamento, estão sendo adotadas políticas de transmissão e produção do conhecimento, que também devem respeitar as dimensões de sua validade na capacidade de serem aplicáveis, pois assim, ressignificam as dimensões teóricas, dando-lhes exequidade. Dentre algumas, destacam-se:

- A oferta de 20% da carga horária dos cursos na modalidade à distância, conforme prevê a regulamentação oficial, possibilitando que as atuais e novas tecnologias de informação e de comunicação (videoconferência, lousa eletrônica, chats e outros) possam produzir melhorias significativas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem;
- A criação e adequação dos espaços pedagógicos informatizados;
- A inserção do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, nas práticas de ensino presencial e à distância;
- A implementação de projetos de ensino de graduação concernentes ao desenvolvimento de ações inovadoras de ensino-aprendizado, focadas na autonomia do aluno em seu processo de aprendizagem;
- A realização de eventos relacionados à Inovação Tecnológica em diferentes áreas do conhecimento, inclusive da informática;
- Organização dos processos de autorização para oferta de cursos à distância e semipresenciais de graduação, extensão e pós-graduação *stricto sensu*.

A IES entende que os avanços tecnológicos contribuem essencialmente para aprimorar as políticas e diretrizes pedagógicas e corroboram para fortalecer e incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, os esforços estão direcionados para criação de novos cursos, disponibilização de laboratórios e fortalecimento das infraestruturas de apoio.

Além disso, compreendemos com avanço tecnológico, os modos de realizar ações que possibilitem a solidificação da cultura da pesquisa científica e tecnológica, propiciando à comunidade acadêmica, meios para adquirir a competência necessária para empreender as transformações sociais necessárias. Destaque-se que as mesmas devem estar devidamente ancoradas nos valores cristãos e em consonância com as políticas de responsabilidade social da FCARP traduzidas nas discussões e ações em prol de um meio ambiente sustentável e nas práticas de combate às discriminações e respectiva promoção do respeito à diversidade, como formas de buscar a emancipação pessoal e social que tanto desejamos.

3.5.3 TICs – no processo ensino-aprendizagem

A reflexão sobre as TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação estão em consonância com seu Projeto Pedagógico Institucional, e por isso, a FCARP garante o uso de seus laboratórios (informática, de ensino, de anatomia e brinquedoteca) como uma das formas de possibilitar a interação entre teoria e prática. Para tal, permite a utilização dos laboratórios em horário integral e mantém permanentemente à disposição um técnico para dar suporte aos usuários e garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos que servem, inclusive, em diferentes momentos à comunidade externa da FCARP.

Para acompanhar esse processo, impõe-se às instituições educacionais a disponibilização aos seus alunos de recursos sempre atualizados de informática, que são importantes auxiliares no processo ensino-aprendizagem das novas tecnologias, isto é, de modo de ser e de fazer sempre mais atuais. A informatização igualmente é de extrema importância para a organização, o acompanhamento e o controle dos serviços administrativos e acadêmicos de uma instituição de ensino, uma vez que a FCARP é uma prestadora de serviços educacionais e precisa sempre estar atualizando as formas de melhor atender sua clientela.

Para a efetivação da proposta desta IES, o papel dos recursos de informática ganha relevância, pois deverão ser efetivamente acessados pelos alunos como um

instrumento de acesso a outras ferramentas, e por isso ganham uma conotação essencialmente pedagógica, da qual o professor não pode prescindir. Percebamos que a informática tem sido a viabilizadora de acesso a muitas outras tecnologias e, portanto, ganha um lugar de essencial relevância para as instituições.

Com essa visão, a IES tem oferecido laboratórios de informática que ficam à disposição dos alunos; neles tem implantado gradativa e permanentemente sistemas informatizados que dão suporte aos serviços administrativos e acadêmicos e que podem ser acessados pelos alunos, professores e outros membros da comunidade acadêmica e externa, em diferentes níveis de disponibilidade. Em conformidade com o PDI, haverá ampliação desses serviços.

Algumas ações, tomadas para a implantação e funcionamento da política de informatização, são muito importantes tais como o fomento ao uso da informática como recurso pedagógico, disponibilizando constantemente apoio e orientação aos usuários. Da mesma forma, o uso de laboratórios de informática, de forma a atender com eficácia tanto às atividades curriculares, como às diferentes demandas da comunidade acadêmica é uma atitude incentivada junto ao corpo docente, bem como o desenvolvimento de vídeo aulas de diferentes disciplinas e outros materiais de acesso remoto como instrumento de ensino.

Nesse viés, os sistemas informatizados de acompanhamento e controle acadêmico discente e docente estão constantemente atualizados por meio de novas aquisições ou "upgrade" constante dos hardwares, o acervo de softwares tem se mantido atualizado, bem como a atualização aos docentes e técnicos-administrativos para uso dos sistemas. Todas essas ações aqui descritas e que fazem parte do Planejamento Pedagógico da IES ecoam no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e fazem parte das ações de curto e médio prazo.

4 POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas de ensino da FCARP visam orientar o processo de organização do ensino, isto é, balizar alguns procedimentos que evidenciem a proposta institucional a partir de sua missão. Assim, os nortes dados pelas políticas de ensino não são um caminho único traçado no intuito de margear os procedimentos de ensino, mas apenas apontam a direção que deve ser perseguida em vista do cumprimento da proposta de formação descrita na missão institucional que é “Gerar e estimular atividades de

ensino, pesquisa e extensão comprometidas com o desenvolvimento humano, econômico e social da região, baseadas nos princípios cristãos”; e que se desdobra numa ação social voltada para a sustentabilidade do meio ambiente, o combate às desigualdade e a promoção do respeito à diversidade.

Assim, são traçados alguns princípios norteadores:

a) Consolidar, no ensino superior da FCARP, uma visão institucional amparada em um novo paradigma de educação que esteja centrado na qualidade do processo de formação ética e profissional; portanto, capaz de propor bases para a busca da emancipação pessoal e coletiva;

b) Levar o estudante a atuar com ética e competência profissional no mercado de trabalho, organizando a aprendizagem em torno de quatro aspectos fundamentais, assegurados em documentos normativos do MEC:

- aprender a conhecer;
- aprender a fazer;
- aprender a conviver;
- aprender a ser.

c) Atribuir o maior grau de qualidade aos serviços oferecidos, respeitando a diversidade cultural dos povos e o seu meio ambiente, a fim de ser sensível às demandas sociais e capaz de atendê-las em quaisquer lugares;

d) Fomentar, nos diversos órgãos colegiados, reflexões que ecoem deliberativamente na reestruturação contínua das políticas de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à melhoria das condições da dignidade pessoal de cada ser humano, bem como na vida em sociedade;

e) Formar cidadãos profundamente capazes de buscar e produzir informações que os auxiliem numa postura crítica de análise dos problemas da sociedade, com foco em ações, procedimentos e atitudes que busquem soluções para problemas, de forma ética e responsável;

f) Manter em sintonia os currículos de cada curso com sua diretriz curricular nacional, associando-se à metodologias de avaliação que proponham aos estudantes a apreensão, compreensão, significação e aplicação dos conhecimentos buscados, ofertados e produzidos, como possibilidade do desenvolvimento de habilidades criativas e criadoras, tanto individuais como coletivamente;

g) Incentivar os estudantes na prática da iniciação científica, como forma de exercício da autonomia do pensamento aplicada na produção de novos

conhecimentos bem como em novas formas de acessá-lo, fomentando assim, o gosto pela pesquisa;

h) Estimular os estudantes a participarem em eventos científicos e culturais, locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais, em conformidade com a área do conhecimento em que atuam, a fim de inseri-los nas discussões acadêmico-científicas, numa dimensão comprometida com a socialização do conhecimento;

i) Contemplar, nos currículos dos cursos de graduação e/ou especialização, orientações para atividades de Estágios Supervisionados, Atividades Complementares e Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como outras atividades e competências fora do ambiente escolar, que levem em conta o programa de responsabilidade social da FCARP, voltado para a sustentabilidade do meio ambiente, o combate às desigualdades e à promoção do respeito à diversidade;

j) Propiciar, conforme suas condições administrativas, a cooperação com o mundo do trabalho, em vista do desenvolvimento de habilidades profissionais pautadas na proatividade, através de treinamentos, aperfeiçoamentos e atualizações profissionais, tendo em vista a criação de novas possibilidades de trabalho e, assim, aumentar a empregabilidade e a renda;

k) Organizar-se, de forma efetiva, com base em pesquisas constantes sobre a atuação dos egressos no mercado de trabalho, para o acompanhamento dos mesmos, promovendo ações permanentes de aferição, pertinência e qualidade dos cursos ministrados;

l) Propiciar a instalação de uma ambiência administrativa coerente com o Ensino Superior, motivando o estabelecimento de um clima institucional que dê suporte aos estudantes, funcionários e docentes, para acesso às informações e aos serviços oferecidos pela FCARP, bem como prover um atendimento ágil e de qualidade;

m) Ofertar cursos de licenciatura, bacharelado ou tecnológicos, bem como programas especiais de formação pedagógica que contribuam para o desenvolvimento da comunidade acadêmica em diversificados campos do saber, considerando aspectos socioeconômicos e culturais da região e as diretrizes de ação da IES;

n) Investir continuamente na melhoria da infraestrutura, tais como salas de aula, biblioteca, laboratórios e seus equipamentos, espaços poliesportivos, auditório, em

vista da otimização do processo de ensino e a elevação da aprendizagem significativa do corpo discente;

o) Utilizar-se de todos os esforços no sentido de buscar a excelência acadêmica através de um corpo docente dedicado em tempo integral e parcial, predominantemente com titulação de mestrado e doutorado, em atendimento à LDB – Lei nº 9.394/96, que se engajem profundamente com a missão institucional;

p) Melhorar a qualidade dos processos de informatização dos serviços ofertados, dentre eles, o de gestão acadêmica, financeiro e administrativo, como forma de desobstaculizar o processo de aprendizagem;

q) Assegurar a expansão, modernização e organização dos serviços prestados pela biblioteca, atualizando e ampliando constantemente o acervo de livros, periódicos, CDs e outros materiais;

r) Tornar o ambiente acadêmico propício às trocas culturais como elemento de exercício de convívio com a diversidade e de tolerância e respeito a ela, observados os princípios da dignidade humana e dos valores cristãos;

s) Promover no seio acadêmico práticas de engajamento com o paradigma do meio ambiente sustentável, promovendo ações que sensibilizem a comunidade externa a respeito da responsabilidade social pelo meio ambiente, bem como aderir à práticas internas de consciência ecológica, estendendo-as ao corpo docente e discente;

t) Valorizar e promover iniciativas de combate às desigualdades sociais, em suas mais diversas esferas, fomentando ações que permitam o desenvolvimento do pensamento crítico como instrumento capaz de fundamentar a emancipação pessoal, com vistas ao processo emancipatório social e global;

u) Incentivar, junto ao corpo docente, do uso de monitorias de alunos como uma prática de serviço voltada ao desenvolvimento de suas habilidades e com vistas a inseri-los como protagonistas em ações transformadoras do cotidiano de suas salas de aula, de atividades extraclasse presenciais e virtuais, de extensão e de realização dos projetos de responsabilidade social da FCARP, já amparadas pela resolução 001/2015 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

4.1 Ementas e Conteúdos

As ementas e os conteúdos dos cursos são selecionados e efetivados a partir da sua relevância social, considerando as referências da produção da área envolvida, e das demandas do campo profissional, definidos com a participação dos docentes, aprovados pelo coordenador, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

4.2 Temas Transversais

Atividades relacionadas à pesquisa e iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e artístico, cultura e sua diversidade, seus patrimônios e memórias, bem como o meio ambiente, dentre outros, fazem parte do rol de práticas de responsabilidade social da FCARP.

Os temas acima, amplos o bastante para traduzirem diferentes preocupações da sociedade brasileira, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana. Sua reflexão, bem como as ações que dela depreendem-se, refletem o compromisso que a construção da cidadania pede: uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e sua correspondente superação pela emancipação individual e coletiva com a qual nos comprometemos.

Nessa perspectiva é que são incorporadas às atividades acadêmicas temas transversais, isto é, temas que, pela sua importância, perpassam todas as disciplinas, de todos os cursos, sobre questões como tecnologia, arte, cultura, memória, diversidade, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, ética, cidadania, pessoas deficientes, relações étnico-raciais, dentre outros temas, que são discutidos sob o aspecto das problemáticas sociais da FCARP e de sua comunidade, mas abrangem também aspectos mais globais que atingem a humanidade como um todo.

Tendo em vista essas discussões, haverá continuidade na organização de eventos, ciclos de palestras, seminários, em parceria (ou não) com órgãos públicos, ONGs e outras organizações privadas, para socializar os debates empreendidos no interior da academia e que devem chegar à comunidade externa e ampliar os leques de discussão.

4.2.1 Direitos Humanos

A educação em direitos humanos refere-se ao uso de concepções práticas e educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção,

proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

A IES trata da questão da educação em direitos humanos de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade, esta entendida como um componente curricular incorporado por algumas disciplinas de modo pontual. Na forma transversal, permeia toda a prática educativa, exigindo um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado no decorrer de toda a educação, de forma que seus objetivos e conteúdos devam estar inseridos em diferentes momentos de disciplinas diversas, sendo trabalhados em uma e em outra, de diferentes modos.

Os Direitos Humanos receberão da Instituição, nos encaminhamentos de suas práticas pedagógicas, especial atenção, de maneira integrada aos programas educacionais desenvolvidos, que se materializará em ações práticas como:

- Oferecimento de formação complementar na área de atuação dos professores, com o propósito de atenderem adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos das Diretrizes Nacionais para a Educação dos Direitos Humanos;
- Estímulo às ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública;
- Valorização da compreensão integrada dos direitos humanos em suas múltiplas e complexas relações, priorizando o fomento ao respeito pela diversidade e o combate às discriminações de toda ordem;
- Possibilidade de inclusão das pessoas deficientes e daquelas em condições de vulnerabilidade social nos programas de bolsas ofertadas pela Faculdade;
- Participação em grupos de estudos sobre temáticas relacionadas aos Direitos Humanos;
- Criação de campanhas de sensibilização e conscientização acerca de temas ligados às garantias fundamentais;
- Produção e divulgação de material educativo que estimulem as discussões e fomentem ações ligadas à consolidação dos direitos, ao seu resgate, ou à sua implantação no seio social;

- Incorporação de temas ligados aos direitos humanos, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais, para a sua visibilização direta ou subliminar;
- Realização de palestras e cursos em que sejam tratadas questões pertinentes à temática dos direitos humanos, na sua integralidade ou nos seus componentes como os direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais, nas formas individuais, coletivas ou difusas.

4.2.2 Relações Étnico-Raciais

A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial existente no Brasil e fora dele, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos o respeito aos direitos legais e a valorização das diferentes identidades, na busca da consolidação da democracia brasileira, imperativo para a vida com dignidade. Esses pressupostos devem se materializar em ações práticas como:

- Inclusão dos temas nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos como forma subsidiária de tratá-los;
- Inclusão dos temas nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da IES;
- Valorização da oralidade, corporeidade e da arte;
- Oferecimento de formação complementar na área de atuação dos professores dos cursos de licenciatura, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos do estudo das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena; e aos demais como forma de atualizá-los no tratamento do tema em sua dimensão transversal;
- Destaque das datas significativas para cada cultura;
- Realização de palestras e cursos em que sejam tratadas questões voltadas para o diálogo com segmentos sociais que representem os segmentos das minorias étnicas, privilegiando aqueles em situação de exclusão social e violação de direitos, garantindo espaços para os movimentos sociais e gestores públicos.

4.2.3 Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

A Educação Ambiental afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e super consumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria.

Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro.

É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes, dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

São princípios da educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global:

- A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores;
- A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal¹, promovendo a transformação e a construção da sociedade;

¹ O modo **formal** se caracteriza pela sistematização e intencionalidade da proposta e seu vínculo institucional; já o modo **não formal**, apesar de manter a intencionalidade e a sistematização, não opera necessariamente no âmbito institucional e o modo **informal** pode

- A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;
- A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social;
- A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;
- A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas;
- A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contextos tanto social como histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira;
- A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas;
- A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica; o que implica revisão da história dos povos nativos diverso do enfoque etnocêntrico, e estimular a educação bilíngue;
- A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos;
- A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado;
- A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida,

baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais;

- A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores;
- A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis;
- A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Por sua importância deverá ser tratada com enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo, devendo receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, de maneira integrada aos programas educacionais desenvolvidos, que se materializará em ações práticas como:

- Inclusão do tema nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos da IES;
- Oferecimento de formação complementar na área de atuação dos professores, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental;
- Valorização da compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- Inclusão do tema em grupos de estudos sobre a temática;
- Criação de campanhas de sensibilização e conscientização;
- Produção e divulgação de material educativo;

- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais, de forma clara ou subliminar;
- Realização de palestras e cursos sobre questões pertinentes à temática ambiental, ao fortalecimento da cidadania, da autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

4.3 Algumas metodologias

O movimento do ensino e da aprendizagem são perenes, e, portanto, não podem ser balizados pela força de normas, mas apenas por direções que devem ser consideradas durante o processo. Assim, a FCARP, considerando algumas práticas inovadoras já desenvolvidas em seu cotidiano e outras que poderiam ser adotadas, uma vez que os docentes têm liberdade para adora ou deixar de adotar as metodologias que melhor se adéquam ao perfil do curso, dos alunos e de suas próprias percepções de ensino.

4.3.1 Projetos integradores

Uma vez adotado pelo docente, o Projeto Integrador objetiva aproximar de forma interdisciplinar o aluno do seu futuro campo de atuação, nele são desenvolvidas atividades práticas e de investigação sempre orientadas pela pesquisa, por isso devem buscar seu aporte, nas linhas estabelecidas nos grupos de estudo e pesquisa de seu curso, prioritariamente, sendo responsável por grande parte dos futuros trabalhos de iniciação científica.

Dentro do projeto podem ser realizados estudos voltados para a solução de problemas da sociedade em alguns casos, poderão ser buscados apoio formais da comunidade, comércios, instituições do terceiro setor, indústrias, entidades locais e poder público.

Nos cursos de licenciatura, bacharelado ou mesmo nos tecnológicos, em que são desenvolvidos Trabalhos de Conclusão de Curso, os professores orientam o Projeto de Pesquisa e os Trabalhos Finais, muitos deles poderão ser publicados ou apresentados à comunidade acadêmica com resultados parciais ou finais ao público em geral.

A relação entre Projeto Integrador e a pesquisa se dá por meio de orientação, acompanhamento e avaliação da produção de trabalho que integre as disciplinas do

semestre no curso. O trabalho integrador se dará por eixos temáticos escolhidos pelos orientadores, por escolha do grupo sempre respeitando as linhas de pesquisa do curso ao qual pertença. O objetivo é aprimorar a aprendizagem de forma interdisciplinar, integrando a teoria e a prática, buscando relacionar a aprendizagem na sala de aula com a pesquisa e com a prática profissional, em consonância com os valores institucionais.

4.3.2 Aprendizagem baseada em problemas

A política de ensino da IES é elaborada a partir de discussões e proposições das diferentes coordenações de curso que sinalizam um processo contínuo de reflexão, construção, aplicação e revisão de objetivos, finalidades e metas que possibilitem a construção de uma política voltada à formação de sujeitos capazes de emancipar-se a si e buscar a emancipação do outro. Uma política de ensino não pode prescindir de uma metodologia apropriada e, sendo assim, a IES incentiva o desenvolvimento de projetos que garantam uma aprendizagem capaz de possibilitar a manejo de instrumentos próprios de cada curso em vista da resolução de situações problema peculiares a essas áreas de conhecimento.

Essa metodologia apresenta como características principais o fato de ser centrada no aluno, se desenvolver em grupos de trabalhos orientados pelos docentes e apresentar problemas em contexto real; possui processos ativos, cooperativos, integrados e interdisciplinares e orientados e mediados para a aprendizagem significativa. Os estudos acerca desta metodologia têm se enriquecido com os conhecimentos sobre a gênese do processo cognitivo, da aprendizagem, ressaltando-se a importância da experiência prévia e da participação ativa como pontos fundamentais para a motivação, aquisição e construção de conhecimentos.

A aprendizagem baseada na resolução de problemas estimula no aluno a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de ouvir outras opiniões, mesmo que contrárias às suas e induz o aluno a assumir um papel ativo e responsável pelo seu aprendizado, tendo o professor apenas como um mediador do processo. Esta metodologia objetiva conscientizar o aluno a respeito do que ele tem conhecimento e do que precisa ainda aprimorar ou aprender, bem como motiva-o a buscar informações relevantes que sejam acrescentadas como um diferencial, próprio de posturas proativas.

4.3.3 Metodologias ativas de ensino e aprendizagem

No que toca a essa metodologia, o processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os professores que optarem por adotá-la terão seus alunos na condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica, capaz de inseri-lo numa dinâmica de emancipação de si, com vistas à emancipação social. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento.

O aspecto ativo do processo de aprendizagem, se assim for desenvolvido, será capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, mas também em outras fontes de saberes da comunidade, lugar em que circulam diferentes saberes. Essa postura de ampliação das fontes de informações, conhecimentos e saberes, estimula a criatividade, levando professores e alunos a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão corriqueiras nas diferentes práticas profissionais.

Essa proposta, baseada no protagonismo discente, supera com vantagens a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino; por isso, possibilita o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes, além de facilitar o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do aluno e fornece ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a

situação problema que desencadeou a discussão. Nessa perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas e os conteúdos não são apenas memorizados, mas apreendidos compreensivamente, e por isso se tornam significativos. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando a auto avaliação, postura indispensável à construção do conhecimento e ao conhecimento de si mesmo.

Destacam-se, como metodologia de ensino-aprendizagem: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

Além disso, é estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação: discussão, debate, mesa redonda, diálogo, estudos de caso, simpósio, painel, seminário, entrevista, associados a recursos audiovisuais e multimídia em sala de aula, com equipamentos de informática com acesso à Internet.

5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As atividades de extensão significam uma troca de saberes entre a FCARP e a comunidade externa, compreendida não apenas como o entorno da instituição ou mesmo o município, mas estende-se aos municípios de toda a região do Vale do Jauru, de onde são provenientes os acadêmicos da FCARP.

A função das atividades de extensão é proporcionar desenvolvimento humano em diferentes dimensões, através da realização de diversos eventos nas esferas local, regional e estadual, abrangendo diferentes setores sociais.

Para a comunidade acadêmica da instituição, as ações de extensão permitem ampliar as formas de acesso à comunidade externa, otimizando as trocas de experiências que resultam em possibilidades de desenvolvimento de situações de maior bem-estar social. Por essa razão, a FCARP promove ações que fortificam o relacionamento e a prestação de serviços através de diversas ações como treinamento de profissionais nas áreas de educação, negócios, jurídica e técnico-científica, bem como organiza palestras, conferências, simpósios, jornadas, assistência a empresas e órgãos públicos, dentre outras.

Nessa perspectiva, a extensão é compreendida como componente do processo ensino-aprendizagem, uma vez que tem por missão, em consonância com o ensino, promover a formação de profissionais comprometidos com o seu meio e propagadores

de ações de cidadania voltadas para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

Como forma de alcançar essas premissas, a extensão adota como política de trabalho:

- Estender à sociedade os conhecimentos produzidos, buscando a solução de problemas e visando a integração acadêmica com a comunidade em vista do exercício pleno da cidadania;
- Subsidiar os eixos que compõem os PPC dos cursos de graduação oferecidos pela IES, com atividades diversas de extensão à comunidade;
- Adotar a prática extensionista como um instrumento de revitalização do ensino, na medida em que promove transformações na proposta pedagógica que fundamenta cada um dos cursos;
- Propiciar ações interdisciplinares, incentivando atividades que envolvam todos os cursos oferecidos, como também com as demais instituições de ensino superior do Estado ou fora dele;
- Preservar as manifestações artístico-culturais como elemento basilar da própria educação e como formas de valorização e respeito à diversidade humana;
- Consolidar através da alocação de recursos financeiros próprios, previstos no orçamento anual ou de recursos de terceiros, convênios ou doações, ou, ainda, de recursos gerados pela própria atividade extensionista, ampliando a oferta dessas atividades.

6 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO À PESQUISA

Quanto à organização, as atividades de iniciação à pesquisa filia-se às áreas de conhecimento dos cursos ofertados, e se dá a partir dos marcos estabelecidos pelo PROINPE – Programa de Iniciação à Pesquisa, implantado em 2013. Para tanto, o CEPE tem organizado a implementação gradativa do programa através de homologação de resoluções próprias, como previsto no Regimento Geral da FCARP.

No uso da autonomia que lhe é conferida e considerando sua relação com a mantenedora, em relação à pesquisa, a IES buscará:

- Implementar a política de iniciação à pesquisa através do aprimoramento do PROINPE- Programa de Iniciação à Pesquisa, objetivando a produção de

novos conhecimentos e sua socialização na forma de extensão para divulgação dos resultados obtidos e seus benefícios para a sociedade;

- Consolidar a FCARP como instituição inovadora na produção de novos saberes, através da busca de soluções para os problemas locais, regionais e nacionais, através de projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação;
- Buscar atrair e aumentar, progressivamente, o corpo docente em tempo integral, motivados com o tripé ensino-pesquisa-extensão, através da contratação de jovens pesquisadores, consolidando assim, a pesquisa e a extensão;
- Aumentar a produção intelectual de qualidade, mediante a proposição de pesquisa e estudo de temas e questões relevantes, tanto do ponto de vista científico, político e cultural, estimulando a formação de grupos de pesquisa com vistas à interação dos alunos e professores de graduação;
- Estabelecer linhas para a iniciação à pesquisa que reflitam a atuação prioritária da IES nas áreas do meio ambiente sustentável e do combate às desigualdades e promoção do respeito a diversidade;
- Buscar a firmação de convênios e/ou acordos com agências de fomento à pesquisa, no âmbito estadual, nacional e internacional, incentivando a integração entre as disciplinas dos diversos campos do saber que se ancorem prioritariamente no programa de responsabilidade social da IES;
- Reunir esforços no sentido de aumentar, progressivamente, o número de projetos de pesquisa financiados por Agências de Financiamento, tais como FAPEMAT, CNPq, FINEP e EMPRESAS ligadas a área de Educação, Ciências Sociais e Aplicadas e do Meio Ambiente.

Atualmente, há cinco núcleos de pesquisa em funcionamento, vinculados aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física e Pedagogia, cada qual com regulamento próprio.

7 POLÍTICAS DE GESTÃO ACADÊMICA

A gestão acadêmica da FCARP tem como base o Regimento da FCARP que estabelece a Fundação Arco-Íris de Araputanga como responsável legal pela Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, pelas medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei, do Estatuto da Instituição, do Regimento, da autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a liberdade acadêmica dos docentes e discentes, amparados por este PPI – Projeto Pedagógico Institucional.

Todavia, compreenda-se que a FCARP é entidade dependente da entidade mantenedora apenas quanto à manutenção de seus serviços, não havendo interferência direta, por parte desta, em nenhuma decisão que envolva o processo educacional, a pesquisa ou a extensão, salvo quando as decisões relativas aos processos implicarem ônus não inscritos em orçamentos aprovados, por isso, dependerão de aprovação da Mantenedora as decisões que importem em aumento de despesas.

Além da competência de promover as condições ideais de funcionamento das atividades de cunho administrativo, a FCARP, através de seus órgãos colegiados, executivos e auxiliares, tem autonomia para administrar o aspecto pedagógico da FCARP em todas as ações que demandarem a existência desse aspecto de forma sistematizada e intencional.

Assim, a instituição conta com Órgãos Colegiados (Conselho Diretivo – CONDIR, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e Colegiados de Curso – CC), Órgãos Executivos (Diretoria, Coordenação do Instituto Superior de Educação e Coordenações de Curso) e Órgãos Auxiliares (Assessorias Superiores, Comissão de Vestibular, Biblioteca, Pastoral Acadêmica, Programa de Apoio Psicopedagógico, Comissão Própria de Avaliação – CPA e Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs). A cada instância administrativa cabem papéis e funções definidas efetivamente no Regimento Interno da FCARP e que devem atender aos seguintes pontos:

- O planejamento abrangerá todos os níveis da Instituição e a sua execução será devidamente acompanhada e avaliada;

- Os planejamentos anuais serão periodicamente revistos, visando ao seu aperfeiçoamento e o alcance das metas estabelecidas no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional);
- A eficiência administrativa será avaliada através de instrumentos de avaliação propostos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- A Faculdade exercerá com responsabilidade as suas despesas, em função de suas receitas, visando manter-se viável e autossustentável;
- A forma de gestão adotada tem por objetivo a construção de uma Instituição forte, democrática e reflexiva sobre a sociedade, formando sujeitos autônomos e conscientes do seu papel na busca de sua emancipação e da sociedade;
- O planejamento levará em consideração o atendimento dos valores cristãos e anseios da comunidade atendida, num processo permanente de debate, reflexão, problematização e de proposição das ações que visem a diminuição das desigualdades sociais e por isso promovam mudanças sociais e institucionais.

7.1 Aproveitamento de estudos

A IES já prevê em seu Regimento Geral o aproveitamento de estudos para alunos provenientes de outros cursos ou instituições congêneres, conforme estabelecem os artigos 62 e seguintes. Portanto, será concedida matrícula por transferência de vínculo para prosseguimento de estudos do mesmo curso ou cursos afins, ao aluno regular matriculado em curso de graduação de instituição congênera, desligando-o da instituição de origem, em conformidade com o número de vagas existentes na instituição de destino, conforme Resolução *ad referendum* do CONDIR nº 003/2014, para atender diligência no Processo de Recredenciamento n. 201406619.

Ainda nesse viés, a matrícula por transferência *ex officio* é concedida em qualquer época do ano letivo e independentemente da existência de vaga ou quaisquer outras exigências, quando se tratar de servidor público civil ou militar, ou seu dependente, mediante a apresentação do pedido de remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio, devidamente comprovado. Contudo, essa

regra não se aplica em casos de simples transferência para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

Por outro lado, não poderá ser negada a transferência a alunos regulares, quer seja em virtude de inadimplência, processo disciplinar em trâmite ou ainda em função de estar cursando o primeiro ou último semestre letivo, conforme estabelece a Resolução *ad referendum* CONDIR nº 003/2014, em atendimento à diligência no Processo de Recredenciamento n. 201406619.

Ressalte-se que o aluno transferido deverá cumprir o currículo pleno do curso em que se matricular, bem como cumprir as adaptações curriculares que se fizerem necessárias, de acordo com o processo de Aproveitamento de Estudos aprovado pelo Coordenador de Curso.

A adaptação deve ser compreendida como o conjunto das atividades prescritas pelo Colegiado de Curso, com o objetivo de regularizar a situação escolar dos alunos transferidos ou em dependência. Assim, o aproveitamento será concedido e as adaptações serão determinadas pela coordenação de curso; a matrícula do aluno transferido somente será registrada se as exigências previstas forem cumpridas, observadas, além das normas da legislação pertinente, todo o previsto no artigo 63 do Regimento Geral, a saber:

I. Somente haverá dispensa de disciplina em caso de equiparação com as disciplinas prevista no currículo do curso matriculado;

II. Disciplinas complementares ou optativas do currículo pleno de origem podem ser aproveitadas em substituição às correspondentes no curso, desde que não tenha prejuízo da carga horária, conforme orientação da coordenação de Curso;

As normas aprovadas pelo CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, estarão em estrita obediência àquelas emanadas pelos órgãos dos sistemas de ensino.

7.2 Pós-graduação

Os cursos de pós-graduação oferecidos pela FCARP visam atender às demandas do mercado de trabalho que requer profissionais cada vez mais capacitados nas suas diversas especialidades; além disso, tem como intuito, atualizar egressos e demais alunos nas discussões mais atuais de suas áreas de conhecimento, oportunizando o acesso às teorias contemporâneas e a novas práticas

aplicadas no mercado de trabalho e possíveis de serem ressignificadas em diferentes contextos do mercado.

A admissão de alunos aos cursos de pós-graduação da FCARP dá-se mediante análise curricular, conforme normatizado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, por ocasião da abertura dos cursos. Destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

O perfil dos egressos da FCARP no ensino de pós-graduação, a exemplo dos egressos de graduação, consolida-se a partir da missão da IES e com base nas propostas pedagógicas dos diferentes cursos oferecidos, com especial foco nas competências e habilidades como a capacidade técnico-profissional especializada no mundo do trabalho; a formação para a cidadania crítica, com apreensão de diferentes teorias e o desenvolvimento de práticas inovadoras e emancipatórias.

Ainda deve apresentar capacidade de construção de saberes que contribuam para uma sociedade mais justa e solidária; o reconhecimento da educação como engajamento para o desenvolvimento sustentável do ambiente e do respeito às diferenças culturalmente construídas. Esses são os pilares que devem constituir o perfil dos egressos dos cursos de pós-graduação da FCARP.

7.3 Egressos

Configurando-se como elemento essencial para a busca de informações sobre as demandas de mercado e as respectivas competências e habilidades desenvolvidas durante o tempo de formação acadêmica, os egressos têm sido uma fonte importante de informações e de demandas de inúmeras ações de formação complementar e continuada, a que se propõe a FCARP.

O perfil dos egressos da FCARP consolida-se a partir da missão da IES e com base nas matrizes curriculares propostas pelos diferentes cursos oferecidos, em que se configuram as competências e as habilidades a serem desenvolvidas, tais como:

- A capacidade técnico-profissional em vista do atendimento às novas demandas econômicas e de emprego no mundo do trabalho;
- A formação para a cidadania crítica, com envolvimento e participação social junto às demandas da comunidade;

- A formação para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento humano e da emancipação de si mesmo e do outro, por meio da apreensão de múltiplas teorias e do desenvolvimento de práticas emancipatórias;
- A preparação contínua para compreender que o processo de construção de saberes deve estar fundamentada em princípios éticos que priorizem a construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- O reconhecimento da educação como processo articulador/mediador, indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável do ambiente e da humanidade;
- A formação ética, explicitada na vivência de valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente construídas.

7.4 Avaliação Institucional

A avaliação institucional da IES é caracterizada por um processo amplo, necessário para promover os ajustes imprescindíveis à oferta de uma educação de qualidade e ao atendimento das necessidades apontadas durante o seu desenvolvimento. No projeto de avaliação institucional estão contempladas as etapas de avaliação e externa e todas as etapas integrantes do processo de avaliação institucional.

A fim de conduzir com eficácia seu projeto de manutenção e expansão dos seus serviços, a FCARP criou a Comissão Própria de Avaliação – CPA, a fim de que suas ações fossem avaliadas substancialmente. Atualmente, a FCARP está no 7º ciclo de avaliação, 2016-2018, na fase de coleta de dados.

Todo o sistema encontra-se informatizado em função da aquisição de programa de gestão acadêmica GV-DASA, importante investimento por parte da IES. Trata-se de um sistema que integra todo o registro acadêmico, a movimentação financeira, a biblioteca, a contabilidade e os processos pedagógicos. Com isso, a IES produz um efeito de unidade no tratamento das informações e dos seus procedimentos institucionais em todos os aspectos, desde o administrativo-financeiro até o pedagógico. O projeto e relatórios da CPA podem ser consultados no site www.fcarp.edu.br.

O Projeto de Avaliação Institucional da IES prevê a participação integral da Comissão Própria de Avaliação – CPA, dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE, dos Órgãos deliberativos e consultivos da IES, da Comunidade Acadêmica e da Comunidade Civil; os resultados dos processos avaliativos interno e externo são a base para o planejamento das ações acadêmico-administrativas. Assim, o Projeto Pedagógico Institucional será um resultado direto das medidas contidas no Projeto de Avaliação Institucional em função dos dados sistematizados.

7.4.1 Acompanhamento e avaliação do trabalho docente

O acompanhamento do planejamento pedagógico docente visa promover, em tarefa conjunta entre docentes e coordenação, a discussão, análise e o encaminhamento de questões concernentes à prática pedagógica, tendo como um dos principais focos os indicadores da avaliação institucional. Esses momentos, dentre outros pontos, objetivam a definição de ações pedagógicas, o levantamento das necessidades de apoio pedagógico e o assessoramento das fases de planejamento, execução e avaliação das disciplinas.

Além dos encontros presenciais, o mesmo acompanhamento também é feito através da análise do plano de ensino, apresentado ao coordenador do curso no início de cada período, entregue e apresentado aos discentes no primeiro dia de aula pelo próprio docente, para que esses tenham conhecimento da ementa, do conteúdo programático, das principais referências, das metodologias utilizadas e também do sistema de avaliação a ser usado, com explicitação do valor atribuído a cada atividade proposta.

O plano de ensino é avaliado pelo coordenador do curso e também pelo respectivo NDE – Núcleo Docente Estruturante, de cada curso. A partir da apresentação do plano de ensino, os próprios alunos avaliam sua execução em sala de aula, dispondo de canais apropriados para manifestar seu parecer, como avaliação escrita semestralmente, contato direto com o coordenador de curso, participação no colegiado, através de representação e por fim, nos instrumentos disponibilizados pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA.

8 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES

A vida humana acontece em sociedade e esta, de forma organizada, deveria garantir a todos as mesmas oportunidades de vida digna. Todavia, em algumas desses grupos humanos, as pessoas são vitimizadas por modelos socioculturais e econômicos que as relegam a lugares de menor prestígio social e por isso sofrem tratamento desigual que as atingem no seu direito de acesso aos bens fundamentais da vida.

Essa realidade precisa ser reconfigurada com urgência e somente poderá ganhar novos rumos se cidadãos e instituições desenvolverem atitudes de responsabilidade social, compreendida como uma postura efetiva de combate às desigualdades sociais; assim, a responsabilidade social tornou-se um dos pilares para as atividades das instituições de ensino que visam contribuir com a formação integral do cidadão.

Nesse sentido, é papel da FCARP promover ações que combatam essas desigualdades e ao mesmo tempo proporcionem a formação crítica e humana dos alunos como agentes transformadores que buscam emancipação de si e de sua comunidade através de ações afirmativas na promoção da igualdade de condições dignas de vida, com vistas à inclusão social.

Mato Grosso é um Estado onde convivem, em um mesmo espaço político-geográfico, a geração de riqueza e uma crítica distribuição de renda. Esse panorama gera a redução das expectativas de muitos cidadãos e geram uma precarização de sua qualidade de vida. Assim, indubitavelmente, são necessários mais ações e programas que melhorem a qualidade de vida da comunidade, dando coerência aos princípios, valores e missão que justificou a criação da Fundação Arco-Íris e da própria FCARP, ambas alicerçadas na promoção de programas sociais, através de ações extensionistas.

Nessa medida, fazer a expansão dos serviços é cumprir com a responsabilidade social, pois elas têm a intenção diminuir a desigualdade nas oportunidades de acesso a direitos fundamentais que todo cidadão deve ter.

A própria exigência legal prevista na LDB 9.394/96, quando afirma no seu art. 43, inciso VII, que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios

resultantes da criação cultural geradas na instituição”, nos tornam responsáveis por ações que combatam as desigualdades da sociedade local, regional e nacional.

Como consequência dessa postura, a FCARP tem como objetivos que compõem sua política de responsabilidade social que se realiza nas atividades extensionistas e estas, por sua vez, querem compor de forma integradora as atividades do ensino. Assim, os encaminhamentos de cunho pedagógico, voltadas à concretização da responsabilidade social da IES tem como base:

- Promover a extensão como parte essencial do processo de formação acadêmica, indispensável à formação própria do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, propiciando atividades de qualidade, desenvolvidas a partir de projetos construídos, implantados e monitorados pelos professores e funcionários;
- Garantir a interlocução entre a IES e a sociedade, para que os problemas sociais mais urgentes, sobretudo da localidade e da região, recebam a devida atenção, buscando soluções de desenvolvimento sustentável através de projetos comunitários;
- Aproximar o conhecimento e as novas tecnologias da IES com as percepções da comunidade, transformando ideias em ações de impacto social relevante;
- Investir em atividades voltadas para o desenvolvimento, a produção e a preservação cultural e artística como elementos essenciais na afirmação da identidade social e suas manifestações locais e regionais;
- Inserir a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes das atividades de pesquisa e de extensão;
- Oferecer possibilidades aos acadêmicos de conhecerem e interagirem com a realidade da comunidade onde atuarão como profissionais e cidadãos;
- Oportunizar atividades de extensão em forma de parceria com empresas e outras instituições locais, da região, do estado e do país, estimulando o desenvolvimento e a organização comunitária;

Pautada nas ações de natureza interdisciplinar, a FCARP, com a participação determinante dos alunos e professores, promove ações de intervenção direta e que merecem destaque, como campanhas de arrecadação de brinquedos, roupas e calçados; natal solidário; doação de sangue; combate ao câncer de mama, próstata e

colo do útero; esclarecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis; pressão arterial; saúde de Idosos; dentre outros.

Em eventos de caráter social, como Ação Global, Mulher Rural, Semanade Desenvolvimento Econômico e Mutirão da Cidadania, a FCARP está presente ativamente prestando esclarecimentos jurídicos, administrativos, contábeis e voltados para a manutenção da saúde, além de assessorar questões que dizem respeito à tecnologia da informação.

Os programas e projetos de responsabilidade social da FCARP estão ancorados em duas grandes linhas de interesse e ação: as questões de sustentabilidade sócio ambiental e as que abrangem as formas de inclusão e combate às desigualdades e preconceitos sociais, discutidas no Programa de Responsabilidade Social - PRS, em processo de sistematização.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Planejar os caminhos que uma IES deverá seguir na condução de sua proposta educacional é um imenso desafio, principalmente na conjuntura política econômica pela qual passa o Brasil. Mesmo assim, as IES devem preparar-se para trilharem caminhos desafiadores lançando mão de criatividade e de um enorme senso de responsabilidade. A Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, instituição particular de ensino de cunho confessional, sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Arco Íris de Araputanga, assume este desafio e planeja seus passos para realizá-lo no âmbito de seus serviços educacionais.

Assim, a FCARP assenta seus princípios organizacionais na oferta da educação superior amparada no desenvolvimento de valores humanos em que a ética cristã seja norteadora de ações pedagógicas que sirvam à emancipação do ser humano individual e socialmente. Por isso, os objetivos que foram propostos neste PPI - Planejamento Pedagógico Institucional, foram norteados pelas demandas sociais, contribuindo proativamente na construção de uma sociedade mais justa e solidária, atendendo às novas demandas do mercado globalizado e das relações humanas, sempre atenta às novas tecnologias educacionais.

Nesse viés, a FCARP volta o foco de seu planejamento pedagógico para o uso consciente, crítico e produtivo de novas e diferentes abordagens na formação de pessoas; inovações que requerem a implementação de ambientes presenciais e virtuais de ensino que contribuirão à emancipação do ser humano em contexto

peçoal e social. Dentre as propostas que já têm sido executadas, e que a partir desse plano ganharão ainda mais força, está a oferta de até 20% das disciplinas oferecidas à distância e/ou semipresenciais nos cursos reconhecidos e a oferta de mais cursos tecnológicos. Essa decisão, de cunho administrativo, teve na reflexão pedagógica o aval necessário, pois visam a melhores condições de trabalho entre docentes e discentes, flexibilização de horário, integração às exigências do mercado no uso de ferramentas tecnológicas necessárias para atender um mercado extremamente dinâmico que exige profissionais aptos a desenvolver de forma inovadora, atividades produtivas.

Assim, muito nos orgulha a decisão de desenvolver aulas no formato EAD com a gravação de vídeos e a produção de material no formato à distância, o que torna a dimensão do ensino ainda mais forte, pois capaz de ecoar as novas demandas mundiais da educação. Da mesma forma, as atividades de pesquisa e extensão que se ampararão por este plano, serão configuradas a partir da escuta das demandas sociais, promovendo, portanto, a reflexão autônoma e de qualidade de questões contemporâneas e a consequente formulação de novos pensamentos, projetos e ações interdisciplinares próprias da região.

Concluimos este Projeto Pedagógico Institucional PPI, celebrando-o como fruto de um processo participativo que foi capaz de externar desejos e anseios da comunidade acadêmica; somente ela é capaz de efetivá-lo e avaliá-lo durante todo o processo de seu desenvolvimento, tornando-o capaz de responder aos anseios da comunidade acadêmica, sem esquecer de que os processos de construção e apropriação de conhecimentos devem ser capazes de gerar a tão pretendida emancipação social.